

Handwritten signature



Santa Casa
Misericórdia de Serpa

Relatório de Gestão e Contas

Santa Casa da Misericórdia de
Serpa

Exercício de 2024

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nos termos da Lei Associativa, vimos submeter o Relatório e Contas relativo ao Exercício do ano de 2024 da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, esperando obter a sua aprovação.

Este documento tem como principal objetivo, expressar através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Santa Casa.

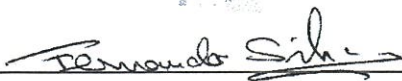
A análise que em seguida propomos examinar divide-se nos seguintes pontos:

- I. Análise do Documento Contabilístico Balanço;
- II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados;
- III. Anexo às DF no SNC-ESNL.

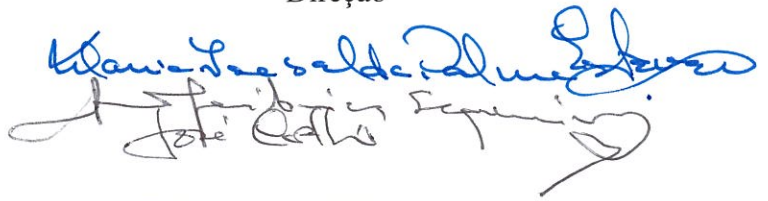
Contabilista Certificado

124746586

28853



Direção



Handwritten signature

Balanço



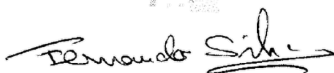
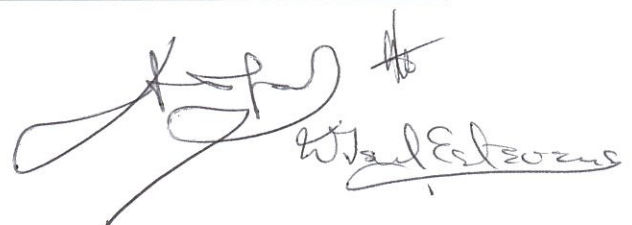
I. Análise do Documento Contabilístico Balanço.

Balanço ver notas:

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/24	31/dez/23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 516 968,34	7 657 473,00
Bens do património histórico e cultural	5	498 798,00	498 798,00
Outros ativos financeiros	13	24 796,57	24 797,00
		8 040 562,91	8 181 068,00
Ativo Corrente			
Inventários	9	19 728,79	29 110,00
Créditos a receber	17.1	280 324,82	155 119,00
Estados e outros entes públicos	17.2	12 186,61	3 042,00
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	17.2	3 025,00	3 126,00
Diferimentos	17.2	7 088,74	8 547,00
Outros ativos correntes	17.2	224 043,73	654 237,00
Caixa e depósitos bancários	13	172 701,23	603 470,00
		719 098,92	1 456 651,00
Total do ativo		8 759 661,83	9 637 719,00
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/24	31/dez/23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.3	508 456,48	508 456,00
Resultados transitados	17.3	-1 292 178,22	-1 340 844,00
Excedentes de revalorização		10 345,05	10 345,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	17.3	3 874 344,94	3 216 965,00
Resultado líquido do período	17.3	-900 729,92	48 665,00
Total fundos patrimoniais		2 200 238,33	2 443 587,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos não corrente		2 336 077,11	3 607 186,00
		2 336 077,11	3 607 186,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.4	557 749,06	414 866,00
Estado e outros entes públicos	17.4	677 921,64	286 809,00
Financiamentos obtidos corrente	8	1 734 017,11	902 152,00
Diferimentos	17.4	1 500,00	99 255,00
Outros passivos correntes	17.4	1 252 158,58	1 883 864,00
		4 223 346,39	3 586 946,00
Total do passivo		6 559 423,50	7 194 132,00
Total fundos patrimoniais e passivo		8 759 661,83	9 637 719,00
		0,00	0,00

124746586

28853



O estudo de balanços de anos consecutivos concede-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da situação financeira da Santa Casa em diferentes períodos, bem como, ainda a sua evolução.

O Balanço é um documento que reflete a situação económica e financeira num dado momento de tempo. É desta forma um documento estático e somente pela comparação da sua evolução se poderá obter uma ideia dinâmica.

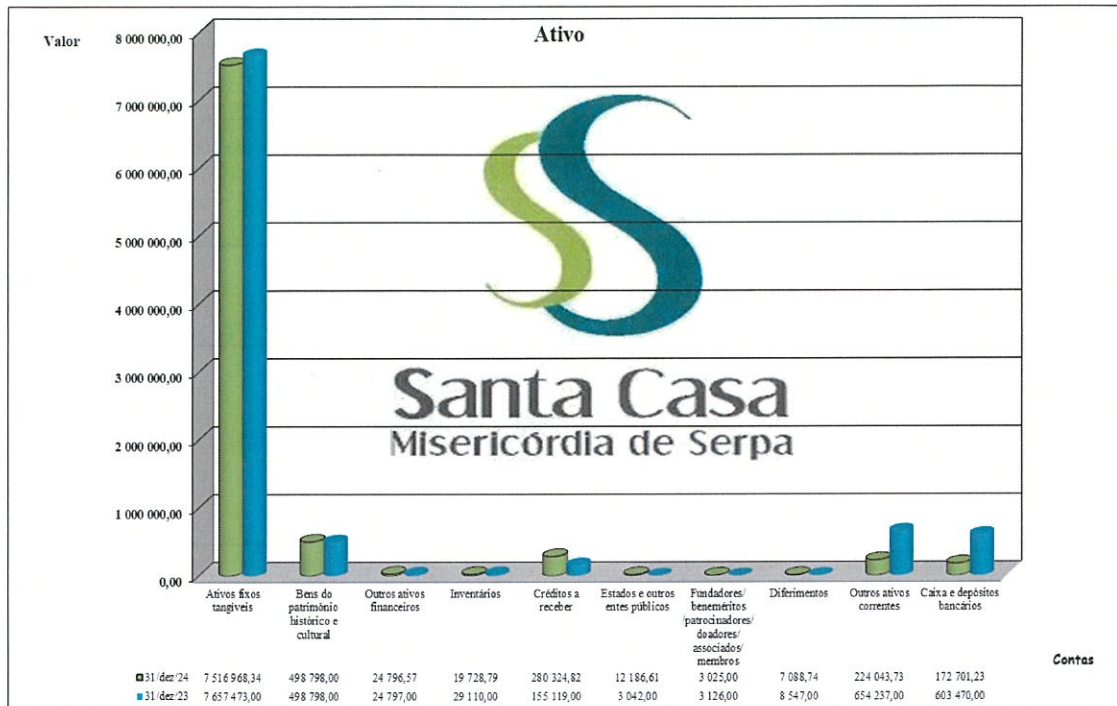
Cada Balanço, em termos formais, é constituído por duas partes: Ativo (consiste nas aplicações de fundos) e Passivo (fundos alheios) e fundos próprios, consistindo ambos em origem de fundos.

O Ativo representa os bens essenciais para o funcionamento da Santa Casa: terrenos, edifícios, equipamentos, despesas de instalação, propriedade industrial, matérias-primas, mercadorias, dívidas de clientes e disponibilidades. No Passivo encontramos as dívidas a fornecedores, os empréstimos bancários e as dívidas ao Estado. O capital próprio representa os valores dos fundos, isto é, a acumulação dos resultados gerados ao longo dos anos e que não foram distribuídos.

Deste modo, dissecando o documento supra apresentado, constatamos um decréscimo nos resultados do Balanço no decorrer do exercício do ano de 2024 comparativamente ao anterior, apresentando resultados de 8.759.661,83 € no ano de 2024 e 9.637.719,00 € no ano de 2023, ocorrendo uma redução de 878.057,17 € no decorrer do exercício de 2024.

Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada para destacar onde ocorreram as alterações:

Gráfico do Ativo:



O Ativo expresso no gráfico supra, divide-se em parte do Ativo Não Corrente formado pelos valores que se encontram imobilizados, ou seja, que não entram no ciclo de exploração servindo apenas para apoiar a atividade da Santa Casa.

As restantes rubricas sem contar com o Imobilizado, consiste no Ativo Corrente, caracterizado por Ativos que não têm carácter duradouro ou permanente numa Santa Casa. São Ativos de prazo mais curto e de maior liquidez, tais como os depósitos à ordem, os débitos sobre terceiros e as existências.

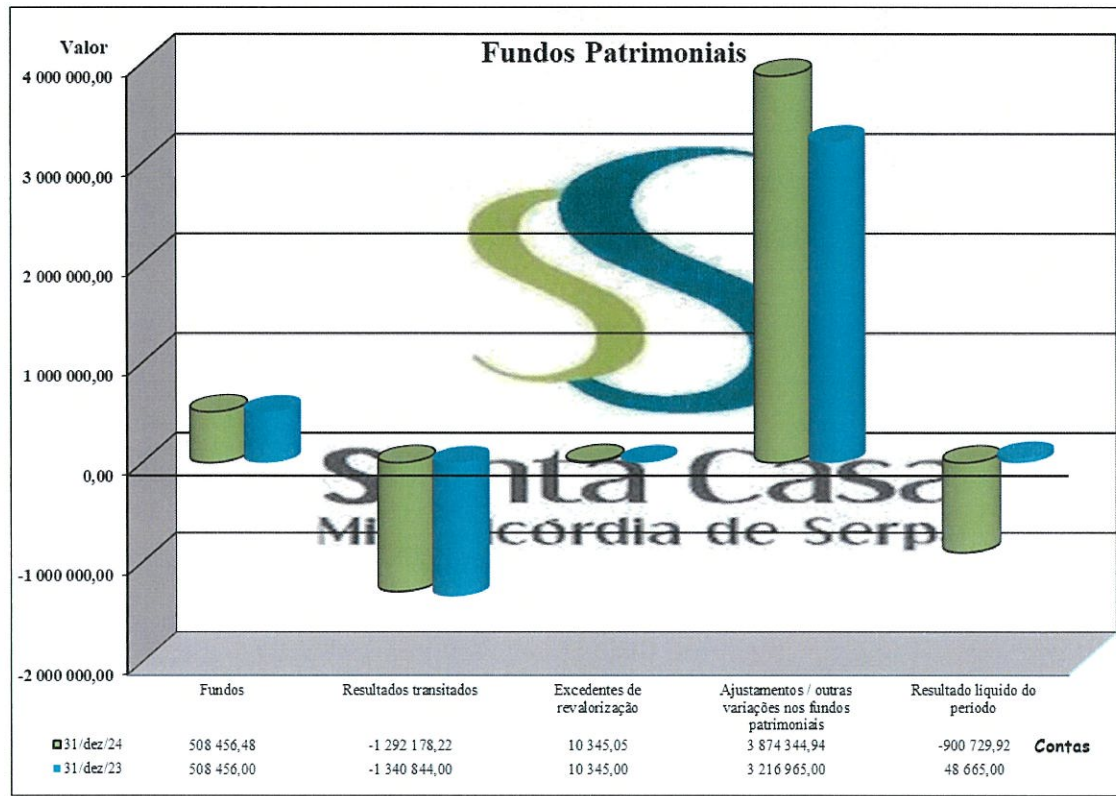
O Ativo Não Corrente da Santa Casa apresentou uma redução de 140.505,09 €, passando de 8.181.068,00 € em 2023 para 8.040.562,91 € no ano de 2024. Para esta situação contribuiu as depreciações do exercício através do reconhecimento do desgaste dos bens da instituição.

Verificando o património circulante da Santa Casa, este apresenta igualmente uma redução no seu total no valor de 737.552,08 €. Esta diminuição tem como principais responsáveis as rubricas de Outros ativos corrente e Caixa e depósitos bancários, que

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

apresenta uma evolução negativa no seu total de 430.193,27 € e 430.768,77 €, respetivamente no final de 2024.

Gráfico dos Fundos Patrimoniais:

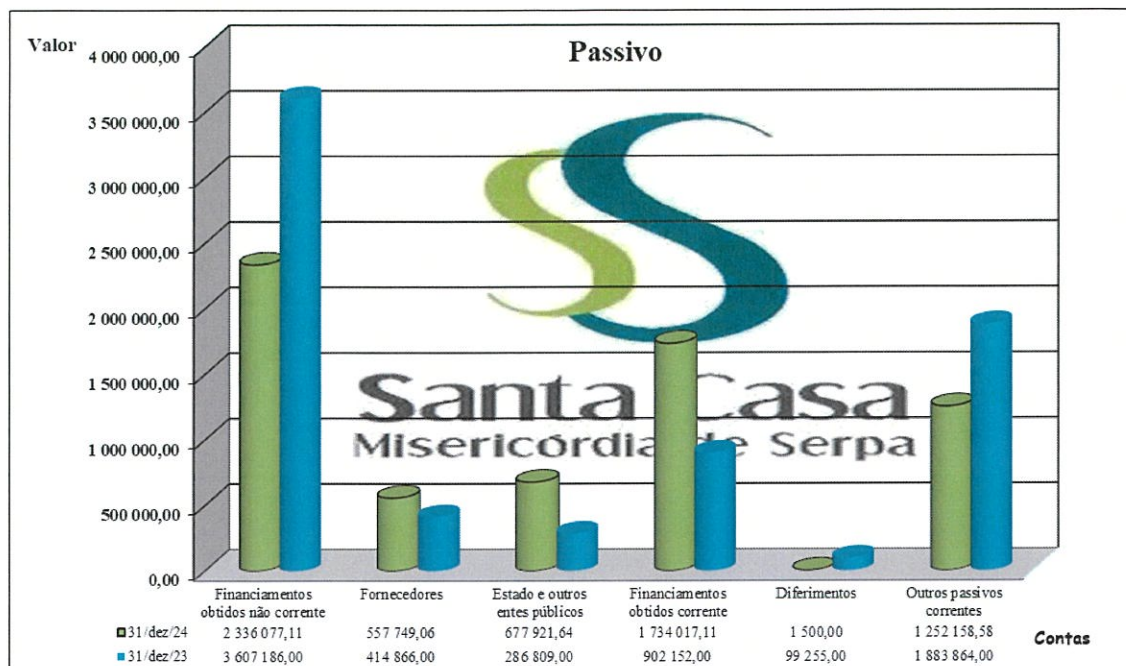


Os Fundos Patrimoniais consistem no conjunto de recursos financeiros que a Santa Casa tem à sua disponibilidade para utilizar livremente a fim de financiar as suas atividades.

No que concerne aos Fundos Patrimoniais constatamos também uma redução no montante, reflexo do valor dos resultados do exercício do ano de 2024, as diferenças constatadas entre os dois anos em análise se cifram nos 243.348,67 €, passando assim, o total dos Fundos Patrimoniais de 2.443.587,00 € no ano de 2023, para 2.200.238,33 € no ano de 2024.

De salientar que a redução não consiste no resultado líquido de 2024, porque a mesma foi atenuada pelo aumento de 657.379,94 €, verificado na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais, onde foi efetuado o reconhecimento de subsídios na Agência para o desenvolvimento.

Gráfico do Passivo:



O conjunto formado pelas obrigações que uma entidade tem para com terceiros tem a designação de Passivo. O Passivo é tradicionalmente dividido em Exigível de Curto Prazo, no qual constam obrigações que uma entidade tem de solver até um ano a contar da data do Balanço e Exigível de Médio e Longo Prazo, de que fazem parte obrigações que uma entidade tem de solver a mais de um ano a contar da data do balanço.

O Passivo da Santa Casa sofreu um decréscimo no presente exercício, no valor de 634.708,50 €, ou seja, uma passagem dos 7.194.132,00 € do ano de 2023, para os 6.559.423,50 € no ano de 2024.

Contatamos oscilações significativas, nas rubricas de Fornecedores e Estado e outros entes públicos, com aumentos nos seus totais de 2023 para 2024, mais concretamente aumentos de 142.883,06 € e 391.112,64 €, respetivamente.

As rubricas que sustentam a diminuição do Passivo em 2024, consistem nos Financiamentos obtidos, com uma redução de 439.243,78 € e a rubrica de Outros passivos correntes, com uma redução de 631.705,42 €.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstração de Resultados

II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados.**Demonstração de Resultados:**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	4 409 338,56	3 994 407,64
Subsídios, doações e legados à exploração	12.3	30 704,02	644 528,36
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-364 059,18	-343 191,12
Fornecimentos e serviços externos	17.5	-1 486 695,30	-1 026 317,10
Gastos com pessoal	14	-3 315 631,35	-3 113 422,06
Outros rendimentos	17.6	191 657,51	79 438,07
Outros gastos	17.7	-18 244,37	-38 438,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-552 930,11	197 004,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-81 987,17	-86 485,70
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-634 917,28	110 519,15
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	14,87
Juros e gastos similares suportados	8	-265 812,64	-61 868,57
Resultado antes de impostos		-900 729,92	48 665,45
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
124746586	Resultado liquido do período	-900 729,92	48 665,45
28853			

Renando Silva

Enquanto a análise do Balanço permite avaliar a situação patrimonial da Santa Casa, num determinado momento do tempo e como resultado das operações realizadas, a Demonstração de Resultados regista e apresenta a informação financeira referente exatamente a esse conjunto de operações.

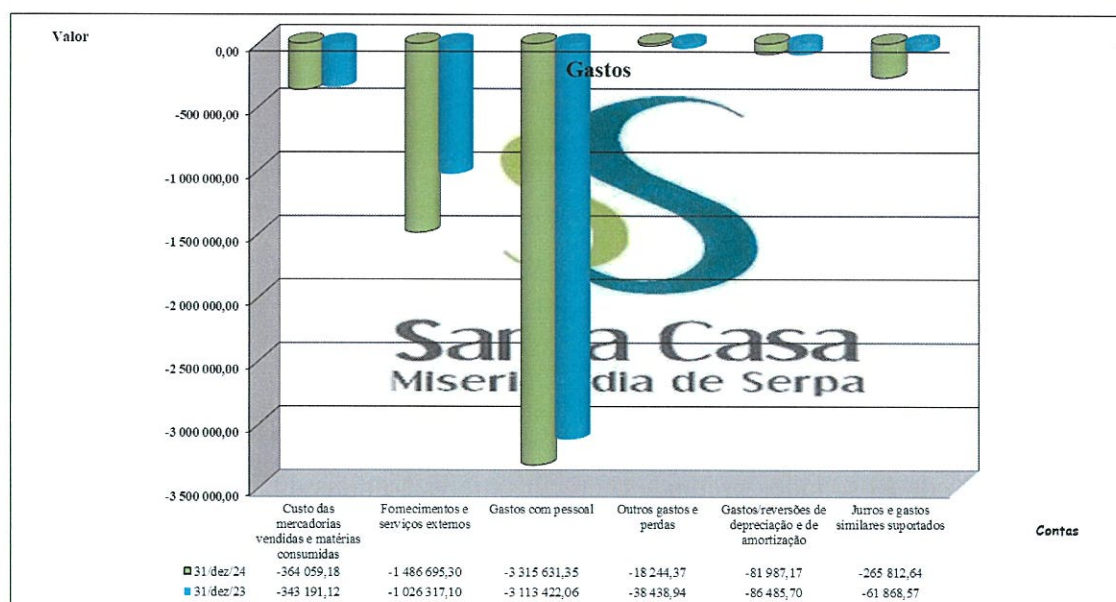
Dado que ao Balanço está associada uma análise estática da realidade da Santa Casa, a Demonstração de Resultados pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da atividade regular se transformam em efetivos ganhos.

A lógica de apresentação da Demonstração de Resultados resulta da relação entre dois conceitos: Gastos e Rendimentos. É através da comparação entre os dois que se pode concluir algo acerca da capacidade de criação de lucro por parte da Santa Casa, lucro esse medido pela diferença entre os Rendimentos auferidos e os Gastos suportados ao longo de um determinado período.

O ponto mais relevante a notar em relação a estes dois conceitos são a diferença que existe entre as noções de Gastos, por um lado, e entre Rendimentos, por outro. Enquanto as noções de Ganhos e Perdas estão diretamente ligadas ao momento em que a Santa Casa procede aos recebimentos e pagamentos decorrentes da sua atividade corrente, o conceito de Gastos e Rendimentos deixa para segundo plano esse momento dando antes relevância ao momento do tempo em que a Santa Casa assume o compromisso de determinado encargo, no caso dos Gastos, ou adquire o direito a um bem ou ativo, no caso dos Rendimentos.

Desta forma, iremos analisar separadamente os dois campos da demonstração para verificarmos as evoluções ocorridas de 2023 para 2024, tendo como base o quadro anterior e os seguintes gráficos.

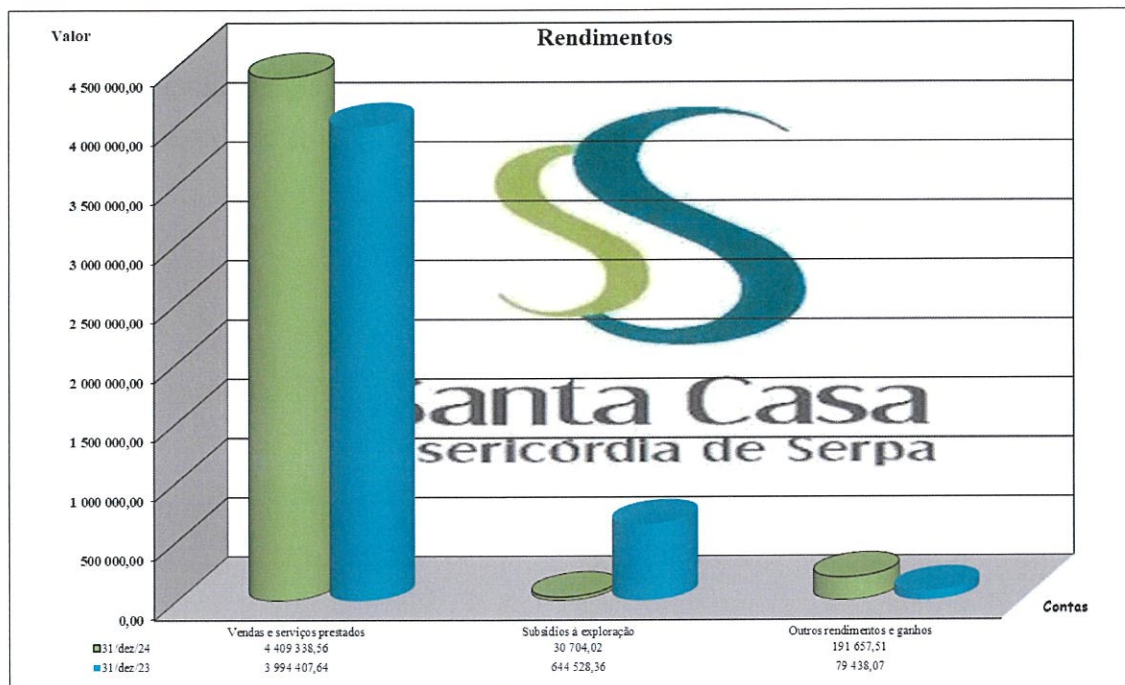
Gráfico dos Gastos:



No que diz respeito aos Gastos e Perdas, constatamos uma evolução no seu total de 862.706,52 €, ou seja, um aumento de 4.669.723,49 € no ano de 2023 para 5.532.430,01 € no ano de 2024, contribuindo decisivamente, o crescimento dos totais dos Gastos com Pessoal (com um total de 3.315.631,35 € em 2024, cujo peso no total dos gastos é de 60%), FSE e Juros e gastos suportados, no valor de 202.209,29 €, 460.378,20€ e 203.944,07 €, respetivamente.

Quanto às rubricas restantes podemos constatar que as rubricas de Depreciações e amortizações e Outros gastos e perdas apresentam ligeiras diminuições no total de gestos em 2024, facto que pouco atenua os aumentos verificados nas restantes rubricas.

Gráfico dos Rendimentos:



No que concerne aos Rendimentos, constatamos uma tendência semelhante aos Gastos, com uma diminuição de 86.688,85 €, passando dos 4.718.388,94 € registados em 2023 para os 4.631.700,09 € em 2024. A redução verificada consiste principalmente na diminuição dos subsídios à exploração, mais concretamente ao Fundo de Socorro social, no valor de 600.000,00 €, que ocorreu no ano de 2023 e que no presente exercício não ocorreu.

No entanto é importante salientar que apesar da diminuição do total dos rendimentos, existe um efetivo aumento da capacidade de gerar rendimentos, facto que é sustentado pelo aumento dos serviços prestados, com um aumento em 2024 face a 2023 de 414.930,92 €.



Será ainda importante realçar que os Outros rendimentos e ganhos da instituição apresentam um aumento significativo em 2024, no valor de 112.219,44 €, cuja sua origem surge do desreconhecimento de uma dívida antiga com a da ULSBA – SAP.

Relativamente aos resultados obtidos, verificamos uma alteração muito significativa face ao ano anterior, pelo facto de no ano anterior ser um ano atípico com a atribuição do Fundo de Socorro Social, facto que levou aos resultados de 2024 voltarem à tendência negativa dos anos anteriores, agravados com a situação atual da instituição.

Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, constata-se uma significativa redução do valor apurado relativamente ao ano de 2023, passando do valor de 48.665,45 € para os - 900.729,92 € no presente exercício.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

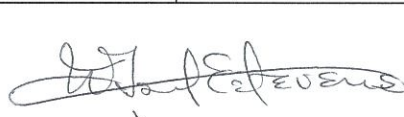
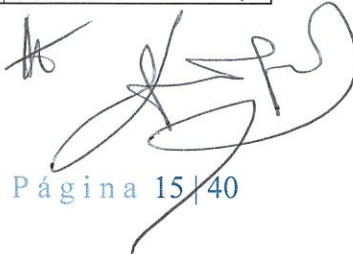
Demonstração Fluxos de Caixa

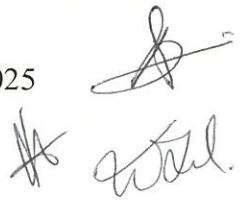


Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Rubricas	PERÍODOS	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades oper. - método direto		
Recebimento de clientes e utentes	3 444 779,25	1 503 253,00
Pagamento de subsídios	0,00	0,00
Pagamento de apoios	0,00	0,00
Pagamento de bolsas	0,00	0,00
Pagamento a fornecedores	-2 230 840,04	-988 809,92
Pagamentos ao pessoal	-2 411 425,37	-1 990 222,47
Caixa gerada pelas operações	-1 197 486,16	-1 475 779,39
Pagamento / recebimento do imposto s/ o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos	799 956,32	1 539 224,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-397 529,84	63 444,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-11 482,35	-909 436,47
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos (Imobilizado em curso)	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos (Imobilizado em curso)	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	671 004,39	2 375 341,98
Juros e rendas similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades investimento (2)	659 522,04	1 465 905,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	250 000,00	507 778,10
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	2 249,90	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-689 344,57	-1 415 771,76
Juros e gastos similares	-255 666,20	-44 834,45
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades financiamento (3)	-692 760,87	-952 828,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-430 768,67	576 522,25
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus efeitos no início do período	603 469,90	26 947,65
Caixa e seus efeitos no fim do período	172 701,23	603 469,90

124746586

28853

Handwritten signatures in black ink, including a large stylized signature at the top and a smaller one below it.

Anexo às DF No SNC-ESNL



III. Anexo às DF no SNC-ESNL.

1. IDENTIFICAÇÃO

A “Santa Casa da Misericórdia de Serpa é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva de direito privado, de utilidade pública administrativa, com estatutos publicados no Diário da República n.º, Série II, com sede em Largo de S. Francisco - Apartado 35. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Coordenação estratégica de um conjunto de serviços que, em conformidade com os fins estatutários de Santa Casa da Misericórdia de Serpa (SCMSerpa), tem por missão prosseguir e desenvolver fins de ação social, apoiando, sobretudo, os cidadãos mais desprotegidos na cidade.
- A Santa Casa da Misericórdia de Serpa cona atualmente comum diversificado leque de respostas sociais que procura fazer face às necessidades de uma sociedade moderna e exigente.
- Com o novo equipamento de cariz social a Misericórdia no cumprimento da sua missão, desenvolve a sua ação na área social, integrando as seguintes respostas:
 - SAD;
 - ERPI;
 - Centro Dia;
 - Gabinete Inserção Profissional.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a*



necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2024 são comparáveis as do exercício de 2023.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:


a. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis



Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmo possam ser mensurados com fiabilidade.

São registados como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento de dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

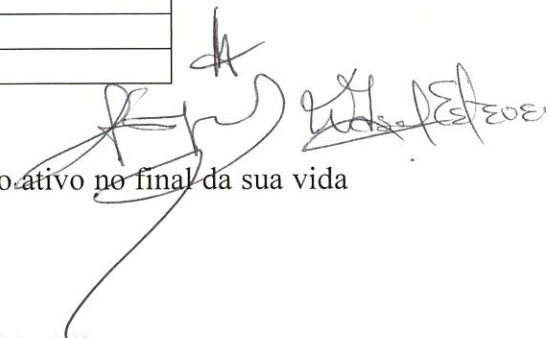
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

O valor residual de um Ativo Intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	3
Outros Ativos Intangíveis	3

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são





incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da



Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade.

Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de ERPI.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários


Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

***Eventos subsequentes***

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d. Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer:

1. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.

2. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se verificaram efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

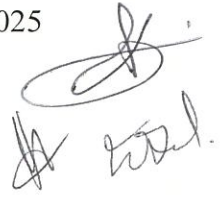
a. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b. Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.



Os terrenos não são depreciados.

c) *Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:*

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:*

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

- Bens do Domínio Publico

A entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio publico:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Bens Imóveis	498 797,90	0,00	0,00	0,00	498 797,90
	498 797,90	0,00	0,00	0,00	498 797,90

- Outros Ativos Fixos Tangíveis

Ativo Bruto					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Terrenos e Recursos Naturais	154 042,29	0,00	0,00	0,00	154 042,29
Edifícios e Outras Construções	2 940 447,78	0,00	0,00	0,00	2 940 447,78
Equipamento Básico	719 986,83	2 806,25	0,00	0,00	722 793,08
Equipamento de Transporte	177 350,58	0,00	0,00	0,00	177 350,58
Equipamento Administrativo	93 488,90	0,00	0,00	0,00	93 488,90
Outros activos fixos tangíveis	1 053,41	8 676,10	0,00	0,00	9 729,51
Ativos fixos tangíveis em curso	4 988 183,09	0,00	0,00	0,00	4 988 183,09
	9 074 552,88	11 482,35	0,00	0,00	9 086 035,23
Depreciações Acumuladas					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Edifícios e Outras Construções	716 559,55	58 532,95			775 092,50
Equipamento Básico	680 677,69	16 698,26			697 375,95
Equipamento de Transporte	175 800,58	0,00			175 800,58
Equipamento Administrativo	85 982,43	2 975,09			88 957,52
Outros activos fixos tangíveis	109,93	632,63			742,56
	1 659 130,18	78 838,93	0,00	0,00	1 737 969,11
Valor Líquido	7 415 422,70				7 348 066,12

- Propriedades de Investimento

Ativo Bruto					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Propriedade de Investimento (Terreno)	3 009,74	0,00	0,00	0,00	3 009,74
Propriedade de Investimento (Edifícios)	292 793,11	0,00	0,00	70 000,00	222 793,11
	295 802,85	0,00	0,00	70 000,00	225 802,85
Depreciações Acumuladas					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Propriedade de Investimento (Terreno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de Investimento (Edifícios)	50 604,05	3 148,24	0,00	0,00	56 900,53
	50 604,05	3 148,24	0,00	0,00	56 900,53
Valor Líquido	245 198,80				168 902,32

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Com efeitos a 1 de janeiro de 2015 a gestão do Hospital de São Paulo foi devolvida à Instituição. O acordo de cooperação que estabelece a referida devolução, formalizado em 14 de novembro de 2014, indicava que não existia compensação a atribuir pelo investimento em equipamento realizado no Hospital pelo facto do mesmo se encontra totalmente amortizado.

De acordo com o paragrafo 7.6 da NCRF-ESNL um dos critérios para a mensuração de bens do ativo fixo tangível, atribuídos a título gratuito, em que o custo pode ser desconhecido é o valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. Uma vez que todo o

investimento realizado no Hospital, de acordo com o disposto no acordo de cooperação se encontrava, à data da devolução da gestão do Hospital, totalmente amortizado, em concordância com uma das possibilidades previstas no normativo contabilístico não foi registado qualquer valor na rubrica de Ativos fixos tangíveis. Até esta data nunca foi efetuada uma inventariação dos bens que integravam o Hospital tendo apenas sido reconhecida as respetivas adições posteriores.

Para garantir o bom e integral cumprimento dos financiamentos e outras obrigações da Entidades encontram-se hipotecados os seguintes imóveis:

- Av. Simon Bolivar em Serpa, instalações da Unidade da Senhora de Guadalupe e Bloco Operatório;

- Largo de São Paulo em Serpa, onde opera o Hospital de São Paulo;

- Rua do Pescador, Serpa.

O valor líquido contabilístico dos imóveis listados acende a 2.945.617,10 €.

Por outro lado, junto da Segurança Social, encontram-se hipotecados os seguintes imóveis:

- Hipoteca voluntária: sobre os prédios inscrito na matriz sob os artigos 1434°, 1043°, 43°-I, 2693°, 48°, 2787, 1440,1244° e 2189°, freguesia de Salvador, concelho de Serpa;

- Hipotecas legais: sobre os prédios inscritos na matriz sob os artigos: 48° da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 217° da Freguesia Póvoa de São Miguel, concelho de Moura; 846° da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 1043° da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 1440° da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 1244° (urbano) e 43° (rústico) da U. Freguesias de Serpa, concelho de Serpa; 1780° da União de Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 2189° da União de Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 2693°, Fração A e B da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 2787° da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 2358°, fração B da U. Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria), concelho de Serpa; 02658-A da freguesia de Pias, concelho de Serpa; 02425-B da freguesia de Santiago Maior e São João Batista, concelho de Beja; 03874-A da na freguesia de Salvador e Santa Maria da Feira, concelho de Beja; 02766 da freguesia de Salvador e Santa Maria da Feira, concelho de Beja.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b. Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Ativo Bruto					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Programas de Computador	7 598,35	0,00	0,00	0,00	7 598,35
Depreciações Acumuladas					
	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Programas de Computador	7 598,35	0,00		0,00	7 598,35
Valor Líquido	0,00				0,00

6.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

7. LOCAÇÕES

7.1 - Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 Santa Casa da Misericórdia de Serpa não detém ativos com recurso à locação financeira.

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

8.1 - Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Corrente		
CA	9,99	8,81
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA5K 2019.07.25/56067677554	66 166,00	123 635,50
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA4K 2019.11.26/56068343109	45 235,00	74 919,53
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA 2019.11.26./56068344150	207 046,12	228 629,66
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA A 2019.12.03 1K/56068378336	582 780,00	626 361,84
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA 2019.12.03 1K/56068390343	582 780,00	626 361,84
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA A 2024.03.25 250k/59076177159	250 000,00	250 000,00
	<u>1 734 017,11</u>	<u>1 929 917,17</u>
Não Corrente		
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA5K 2019.07.25/56067677554	2 891,00	5 402,02
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA4K 2019.11.26/56068343109	16 238,00	26 893,85
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA 2019.11.26./56068344150	234 503,88	258 949,76
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA A 2019.12.03 1K/56068378336	1 041 222,00	1 119 087,34
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA 2019.12.03 1K/56068390343	1 041 222,00	1 119 087,35
Financiamentos Obtidos / Empréstimo Bancário CA A 2024.03.25 250k/59076177159	0,00	0,00
	<u>2 336 076,88</u>	<u>2 529 420,33</u>
	<u>4 070 093,99</u>	<u>4 459 337,50</u>

Os juros suportados a 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 foram os seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Juros e Gastos similares suportados:		
- Juros suportados	265 572,91	60 660,23
- Outros gastos e perdas de financiamento	239,73	1 208,34
Total	<u>265 812,64</u>	<u>61 868,57</u>

9. INVENTÁRIOS

9.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Matérias-Primas	19 728,79	29 110,00
Total dos Inventários	19 728,79	29 110,00

Movimentos	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Inventário Inicial	29 109,61	63 229,63
Compras	357 421,51	338 936,93
Regularizações de inventários	2 743,15	1 584,32
Inventário Final	19 728,79	29 109,61
Gastos do período	364 059,18	343 191,12
	0,00	0,00

10. RÉDITO

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

10.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Prestação Serviços		
Quotas dos Utilizadores	2 149,00	2 091,00
Quotizações e Joias	3 122 180,03	2 692 061,86
Comparticipação Acordos Cooperação:		
ERPI	784 416,02	850 288,06
SAD	146 095,21	190 949,58
ULSBA	354 498,30	254 017,14
	4 409 338,56	3 989 407,64

Com a emissão da FAQ n.39, de 24 de novembro de 2023, veio esclarecer que a comparticipação atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelos utentes no âmbito das respostas sociais da Entidade, quando dependem da variação na



frequência dos utentes nas respetivas respostas sociais, devem ser classificadas nas rubricas de vendas e prestações de serviços.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

11.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

11.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Em dezembro de 2024 a Mesa Administrativa tomou a decisão de submeter a Santa Casa da Misericórdia de Serpa a um Processo Especial de Revitalização que se encontra em curso em 2025. De acordo com a lista provisória de créditos nos termos do Art.º 17.º-D do CIRE, o total de créditos em causa ascende a 6.013.729,37€ (capital 5.910.978,24€ e juros de 102.751,13€). Já em Março de 2025 foi submetido o requerimento de início de processo, encontrando-se o mesmo a decorrer à data do presente relatório.

12. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

12. 1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

12. 2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

12.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Acordos Segurança Social		
Fundo de Socorro Social	0,00	600 000,00
Apoio complementar - POAPMC	4 279,50	0,00
Outros		
IEFP	25 433,28	0,00
IGFSS	991,24	0,00
Outras entidades	0,00	44 528,36
	<u>30 704,02</u>	<u>644 528,36</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

13.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- Outros créditos;
- Fundos subscritos e não realizados;
- Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

13.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Dívidas a instituições de crédito;
- Dívidas por compras e prestações de serviço;
- Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- Outras dívidas;
- Diferimentos.



13.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

13.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Quotas - Irmãos S.C.M. Serpa	3 025,00	3 126,00
	<u>3 025,00</u>	<u>3 126,00</u>

13.4.2. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros consistem nas participações para o Fundo de Compensação do Trabalho e a participação no capital.

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Fundo Compensação do Trabalho	24 296,57	24 296,57
	<u>24 796,57</u>	<u>24 796,57</u>

13.4.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Caixa	2 107,78	2 318,12
Depósitos à Ordem	170 593,45	601 151,78
	<u>172 701,23</u>	<u>603 469,90</u>

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

14.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 193.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Acordos Segurança Social		
Remuneração do Pessoal	2 638 173,57	2 549 379,24
Encargos Sobre Remunerações	637 950,94	527 780,56
Seguros AT	37 032,18	25 595,27
Outros Gastos com Pessoal	2 474,66	10 666,99
	3 315 631,35	3 113 422,06

14.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

14.3 — Membros dos órgãos de direção

Remunerações dos órgãos de direção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados.

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1 - As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção e pela Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal da Santa Casa.

15.2 - Decorrente do Processo Especial de Revitalização divulgado na nota 11.2, em Março de 2025 foi submetido o requerimento de início do mesmo, tendo já sido obtida uma lista provisória de créditos. À data do presente relatório o processo de revitalização encontra-se a decorrer nos trâmites definidos

16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

16.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários de auditoria para o ano de 2024 foram de 5.700,00 € + IVA (2023: 4.800€ + IVA).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 – Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Clientes e Contas Correntes	280 324,82	155 119,00
	<u>280 324,82</u>	<u>155 119,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2024 a entidade apresenta um valor de 9.523,34 € de clientes em perdas por imparidade.

17.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes:

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Estado e Outros Entes Públicos:		
- IVA - Reembolsos pedidos	12 186,61	3 041,98
	<u>12 186,61</u>	<u>3 041,98</u>
Outras Contas a Receber		
- Quotas	3 025,00	3 126,00
	<u>3 025,00</u>	<u>3 126,00</u>
Diferimentos:		
- Seguros a Reconhecer	6 407,55	8 547,31
- Segurança (Prosegur)	681,19	0,00
	<u>7 088,74</u>	<u>8 547,31</u>
Outros Ativos Correntes		
- Devedores por acréscimo de rendimentos	182 408,74	502 811,17
- Outros Devedores	41 634,99	151 425,98
	<u>246 344,08</u>	<u>668 952,44</u>

A diminuição de 324.268,14 € decorre maioritariamente do recebimento do Fundo de Socorro Social, no montante.

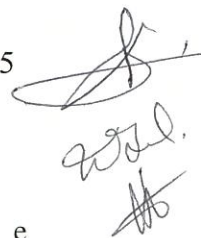
17.3 - Capital Próprio

De acordo com o disposto nos Estatutos da Santa Casa e no Código das Sociedades Comerciais, a Santa Casa é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.

Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2024:

Rubrica	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2024
Fundos	508 456,48	0,00	0,00	508 456,48
Resultados Transitados	-1 340 843,67	48 665,45	0,00	-1 292 178,22
Excedentes de revalorização	10 345,05	0,00	0,00	10 345,05
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 216 964,70	657 380,24	0,00	3 874 344,94
Resultado Líquido do Período	48 665,00	-900 729,92	48 665,00	-900 729,92
	<u>2 443 587,56</u>	<u>-194 684,23</u>	<u>48 665,00</u>	<u>2 200 238,33</u>

A Rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais contem o registo do subsídio ao investimento Alentejo 2020 que ainda se encontra em curso a 31/12/2024, cujo montante total ascende a 3.046.346,37 €.



17.4 – Fornecedores, Estado e Outros Entes Públicos e Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de Fornecedores Estado e Outros Entes Públicos e Outros Passivos Correntes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	557 749,06	414 866,00
	<u>557 749,06</u>	<u>414 866,00</u>
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	29 954,82	22 386,29
- Segurança Social a pagar	645 425,69	264 422,76
- CGA	2 541,13	0,00
	<u>677 921,64</u>	<u>286 809,05</u>
Outras Contas a Pagar:		
- Pessoal	140 234,50	164 534,97
- Credores por acréscimo de gastos	475 124,84	630 270,04
- Outros Crédores	624 377,46	1 005 684,80
- Outros	12 421,78	83 373,74
	<u>1 252 158,58</u>	<u>1 883 863,55</u>
Diferimentos:		
- Rendimentos a reconhecer	1 500,00	
	<u>1 500,00</u>	
	<u>2 489 329,28</u>	<u>2 585 538,60</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o valor em dívida à Segurança Social ascendia a 645.425,69 €, encontrando-se integralmente regularizado através de acordos de pagamento formalizados e em cumprimento.

17.5 – Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi o seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	14 544,74	0,00
Serviços Especializados	854 378,29	485 571,70
Materiais	173 870,97	62 821,27
Energia e fluidos	226 645,93	174 154,78
Deslocações, Estadas e transportes	363,61	19 825,21
Serviços diversos	216 891,76	283 944,14
Total	<u>1 486 695,30</u>	<u>1 026 317,10</u>

17.6 – Outros Rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos suplementares	13 255,53	31 330,54
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	100,00
Rend. e ganhos em inv. não financeiros	153 511,47	14 109,80
Outros	24 890,51	33 897,73
Total	<u>191 657,51</u>	<u>79 438,07</u>

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

17.7 – Outros Gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	6 549,65	6 345,51
Outros Gastos	11 694,72	32 093,43
Total	18 244,37	38 438,94

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Santa Casa, durante o presente exercício.

124746586

28853

[Handwritten signature: Fernando Silva]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]